



Memória e movimento no espaço da cidade: Para uma abordagem discursiva das ambiências urbanas

Memory and movement in the city space:
For a discursive approach of urban ambiances

Carolina Rodríguez-Alcalá*

Resumo

Neste texto apresentamos os resultados de uma pesquisa desenvolvida no quadro do projeto de cooperação internacional cujo objeto foi promover uma discussão interdisciplinar sobre a noção de *ambiência urbana* a partir de um estudo de campo realizado no espaço público de cinco cidades, a saber, Paris, Bonn, Varsóvia, Tunes e São Paulo. Participaram do projeto especialistas dos campos da arquitetura, do urbanismo, da sociologia, da geografia, da psicologia ambiental, da saúde pública e dos estudos da linguagem, mais especificamente da análise do discurso (doravante AD), campo no qual nos inscrevemos. Propomos, em primeiro lugar, algumas relações que podem ser estabelecidas, do ponto de vista epistemológico, entre a fenomenologia que sustenta a abordagem das ambiências no campo dos estudos urbanos e o dispositivo da AD, para esboçarmos, em seguida, algumas aproximações teóricas e conceituais que a análise de nosso corpus permitirá esclarecer. Mobilizaremos, em termos analíticos, a oposição *público/privado*, enquanto distinção histórica que dá uma configuração particular ao espaço produzido e às formas de sociabilidade estabelecidas na assim chamada tradição ocidental. A análise, através da noção de *memória discursiva*, de como tal oposição opera no espaço estudado, determinando a percepção do *movimento*, poderá contribuir para compreender o que há de comum e o que há de específico nos modos de habitar característicos das cidades brasileiras quando confrontados às outras realidades urbanas que foram objeto de estudo nesta pesquisa.

Palavras-chaves: Discurso – Ambiência – Espaço Urbano – Movimento

Abstract

This text presents elements for a first approach of the notion of *urban ambience* from the perspective of discourse analysis (henceforth DA), more specifically of the area of urban knowledge and language, based on a research on the public space of the city of São Paulo. Such research was part of a wider international cooperation project that gathered teams from five countries (France, Germany, Poland, Tunisia, and Brazil) to promote a discussion of this notion from the standpoint of different disciplines (architecture, city planning, sociology, geography, environmental psychology, public health, and language studies), grounded on the analysis of the reality Paris, Bonn, Warsaw, Tunis, and São Paulo. We first propose some relations that can be established, from the epistemological point of view, between the phenomenology that supports an approach of ambiances in the field of urban studies and the device of DA to outline some theoretical and conceptual approximations that the analysis of our corpus will clarify. In analytical terms, we will call on the *public/private* opposition as the historical distinction that has given their particular configuration to the space produced and to the forms of sociability established in the so-called Western tradition. Through the notion of *discursive memory*, analyzing how such opposition operates in the space studied to determine the perception of *movement* could help us discern what is common and what is specific in the ways to inhabit characteristic of Brazilian cities as compared with the other urban realities studied in this research.

Keywords: Discourse – Ambience – Urban Space – Movement – Público/Privado

* Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos - Nudcri da Unicamp. E-mail: carolina@unicamp.br
Endereço: Labeurb – Laboratório de Estudos Urbanos Unicamp/Cocen/Nudcri Caixa Postal 6166
Campinas/SP – Brasil. CEP: 13083-892

1. Apresentação

Neste texto apresentamos elementos para uma primeira aproximação da noção de *ambiência urbana* a partir da perspectiva da análise do discurso (doravante AD), mais especificamente da área de saber urbano e linguagem, a partir de uma pesquisa realizada no espaço público da cidade de São Paulo. A pesquisa esteve inserida em um projeto mais amplo de cooperação internacional¹, que reuniu equipes oriundas de cinco países (França, Alemanha, Polônia, Tunísia, Brasil) a fim de promover uma discussão sobre essa noção a partir de diferentes campos disciplinares (arquitetura, urbanismo, sociologia, geografia, psicologia, saúde pública e estudos da linguagem), fundamentada na análise da realidade das cidades de Paris, Bonn, Varsóvia e Tunes, além de São Paulo.

Discutiremos, em primeiro lugar, algumas relações que podem ser estabelecidas, do ponto de vista epistemológico, entre a fenomenologia que sustenta a abordagem das ambiências no campo dos estudos urbanos² e o dispositivo da AD, para esboçarmos, em seguida, algumas aproximações teóricas e conceituais que a análise de nosso corpus permitirá esclarecer.

Uma questão incontornável coloca-se para nós, logo de início, nessa empresa. Se a ambiência é definida como um *espaço-tempo qualificado do ponto de vista sensível*, é estabelecido, ao mesmo tempo, que ela convoca fenômenos perceptivos que remetem a uma dimensão *pré-lingüística* da experiência humana, escapando ao *universo do discurso* e à *linguagem articulada* (cf. THIBAUD, 2004). Como justificar, então, a pertinência da reflexão sobre a linguagem para a compreensão da dinâmica das ambiências?

A discussão feita por Thibaud (*ibidem*) da filosofia da experiência de Dewey, da qual extrai elementos para elaborar a teoria das ambiências situadas, nos dá as pistas a partir das quais responder a essa questão. Como aponta Thibaud, a percepção sensível é, para Dewey, inseparável do *sentido* conferido a uma situação, pois pela própria etimologia o termo *sensível* remete àquilo que é tanto da ordem da *sensibilidade* como

¹ Trata-se do Projeto ACI – *Dynamiques et processus d'émergence des ambiances urbaines*, desenvolvido sob coordenação de Jean-Paul Thibaud, do Laboratório CRESSON (*Centre de Recherche sur l'Espace Sonore et l'Environnement Urbain*), da Escola Nacional Superior de Arquitetura de Grenoble (ENSAG), com financiamento do CNRS (*Centre national de la recherche scientifique*), França. Participaram do projeto equipes vinculadas às seguintes instituições: ENSAG, França, Instituto de Geografia da Universidade de Bonn, Alemanha; Departamento de Psicologia Social da Universidade de Varsóvia, Polônia; Escola Nacional de Arquitetura e Urbanismo, Tunísia, Labeurb/Nudecri, UNICAMP; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, e Faculdade de Saúde Pública-USP, Brasil.

² Tal como desenvolvida pela equipe do Laboratório CRESSON/ENSAG.

da *significação*. Esse caráter simbólico da percepção é ao mesmo tempo definido como sendo de natureza histórica e social, opondo-se nisso a uma visão psicologista (empiricista) do fenômeno; para Dewey, conforme Thibaud, “o que é percebido não é um conjunto de estímulos discretos decorrente de um trabalho de integração do cérebro, mas antes objetos e acontecimentos já dotados de significação, inscritos numa história e num contexto” (THIBAUD, 2004, p. 242, tradução nossa). Com esse gesto, Dewey situa a percepção sensível na dimensão política da experiência humana, enquanto fenômeno que responde às injunções institucionais características de uma sociedade dada, como lemos na definição que o autor dá de hábito, na qual Thibaud se fundamenta para caracterizar a ambiência enquanto fenômeno partilhável: os hábitos, que mobilizam nossas maneiras de perceber, de mover-nos, de compreender e de pensar, seriam respostas coletivas às solicitações do mundo, de caráter anônimo e não consciente, que “se inscrevem mais amplamente num conjunto de costumes e instituições específicas a uma forma de vida social” (DEWEY, 1902 *apud* THIBAUD, 2004, p. 249, tradução nossa)

Ora, a significação é um problema (também) lingüístico, além de ser uma questão filosófica crucial, o que abre as portas, no domínio das ambiências, para os especialistas da linguagem. É preciso, porém, que especifiquemos a concepção materialista de sentido que caracteriza a AD, e que fundamenta nossa abordagem das questões urbanas, para que possamos apontar de que modo na língua, enquanto base de processos discursivos, é possível analisar essas injunções históricas e sociais que afetam a percepção sensível e inscrevem o político na *produção simbólica do espaço urbano* levando em conta que o que está em jogo na noção de ambiência é a concepção do *espaço urbano enquanto produção* (AUGOYARD, 1995, p. 311 *apud* THIBAUD, 2004, p. 230).

A partir da análise de nosso corpus, gostaríamos de mostrar que uma das injunções que determinam os sentidos daquilo que é percebido no espaço urbano é a oposição *público/privado*, enquanto distinção histórica que dá uma configuração particular ao espaço produzido e às formas de sociabilidade estabelecidas na assim chamada tradição ocidental. Propomos que refletir sobre essa oposição, suas contradições e transformações históricas, pode ser relevante para a problemática das ambiências urbanas, ao permitir compreender de modo articulado as diferentes instâncias (técnicas, econômicas, sociais, políticas, culturais e outras) que intervêm na produção de um determinado espaço, entendido tanto do ponto de vista de sua

concepção arquitetônica como da experiência ordinária dos cidadãos. A análise, através da noção de *memória discursiva*, de como tal oposição opera no espaço estudado, determinando a percepção do *movimento*, poderá contribuir, ao mesmo tempo, para compreender o que há de comum e o que há de específico nos modos de habitar característicos das cidades brasileiras quando confrontados às outras realidades urbanas que foram objeto de estudo nesta pesquisa.

2. Sujeito, linguagem e espaço: algumas aproximações entre *ambiência* e *discurso*

A AD na qual trabalhamos foi instaurada na década de 1960, na França, por Michel Pêcheux³, e introduzida no Brasil a partir dos trabalhos de Eni Orlandi⁴. A AD participa do gesto epistemológico anti-positivista produzido a partir da trilogia de autores Marx/Freud/Saussure, que revolucionou as ciências humanas no século XX. Tal gesto pode ser caracterizado, conforme palavras de Paul Henry (1990), pelo questionamento das evidências da ordem humana como sendo estritamente biossocial, através do reconhecimento da castração simbólica que caracteriza a estrutura do humano (cf. Rodríguez-Alcalá 2005). Dessa perspectiva, nem o sujeito é o reflexo (psicológico) de características naturais (biológicas), e sim o resultado de um processo simbólico que se dá na história, nem o mundo em que vive se confunde com o meio natural, condição da vida orgânica, mas é o espaço simbólico que resulta do mesmo processo de constituição subjetiva (*ibidem*). O que leva a atribuir à linguagem, à própria língua, matéria simbólica por excelência, um estatuto central na constituição da realidade humana. Afirmamos, por isso, que *sujeito*, *sentidos* e *espaço* resultam de um mesmo processo histórico, existindo entre esses termos uma *relação constitutiva*⁵.

³ A obra fundadora da AD é *Analyse automatique du discours*, de 1969. Alguns anos mais tarde (1974), Pêcheux revisaria alguns pontos de sua proposta inicial no artigo “Mises au point et perspectives à propos de l’analyse automatique du discours” (tradução ao português: “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”), escrito em co-autoria com Catherine Fuchs e publicado na revista *Langages* 37, para publicar no ano seguinte a principal referência da teoria que propõe, *Les vérités de la Palice* (tradução ao português: *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*). Autores como Paul Henry e Michel Plon, bem como Françoise Gadet, Denise Mالدیدیر, Francine Mazière, Jacqueline Authier-Revuz, Régine Robin, Jean-Jacques Courtine, Jean-Marie Marandin, Jacqueline Léon, Dominique Maingueneau, além da citada C. Fuchs, entre outros, fizeram parte da equipe que acompanhou Pêcheux nessa empresa teórica, explorando as relações entre a AD e diversas disciplinas limítrofes (a própria Linguística e suas diferentes áreas, como a fonologia ou a morfossintaxe; a psicanálise e a psicologia social; a sociolinguística; a historiografia, a antropologia; a etnografia, etc.), embora nem todos eles tenham mantido o mesmo rumo até hoje.

⁴ Baseada na obra de Pêcheux, Eni Orlandi desenvolve a AD no Brasil a partir de noções e formulações originais, tendo constituído uma linha de reflexão que talvez seja hoje a mais forte, no contexto acadêmico internacional, nessa vertente de AD iniciada por Pêcheux e sua equipe, dentre outras vertentes de análise do discurso que se constituíram, inscritas notadamente na tradição anglo-saxônica.

⁵ Inspiramo-nos na afirmação crucial que faz Orlandi, a partir da obra de Pêcheux, de que *sujeito* e *sentidos* se constituem num mesmo movimento, à qual acrescentamos o terceiro elemento (o espaço) da

Esses são os pressupostos que direcionam as pesquisas que realizamos sobre a cidade no interior da área *saber urbano e linguagem*⁶, caracterizada por tomar a cidade como objeto de linguagem e analisá-la através do dispositivo teórico-metodológico da AD. Nossa concepção se distingue, de um lado, daquela da sociolinguística urbana, que pressupõe uma relação não constitutiva, mas de *co-variação* entre linguagem (sujeito) e cidade: esta seria um fator externo (geográfico), entre distintos fatores (subjetivos e sociais) que determinam a variação e mudança linguísticas, tais como idade, sexo, estatuto sócio-econômico, origem étnica, entre outros⁷ (cf. Rodríguez-Alcalá 2002). Nossa concepção da relação cidade-linguagem tampouco se confunde com a relação de *analogia* assumida em outras disciplinas que se ocupam do espaço, pois para nós não se trata de definir o funcionamento da cidade tendo como *modelo* o funcionamento da língua, tomando a Linguística como “ciência piloto” □do mesmo modo que ela inspirara o desenvolvimento da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, as elaborações a partir dos conceitos de língua e significante na psicanálise lacaniana, ou certas abordagens semióticas da cidade inspiradas na reflexão instaurada por Ferdinand de Saussure⁸, por citar alguns exemplos (cf. *id. ibid.*). Nosso objeto é outro. Tomar a cidade como objeto de linguagem é defini-la enquanto “espaço simbólico particular, que tem sua materialidade e suas formas específicas de significar” (ORLANDI, 1999), o que faz da língua um *observatório* dos fenômenos urbanos (e subjetivos).

É possível entrever, a partir do que foi posto, algumas afinidades entre a AD e a perspectiva fenomenológica que sustenta a definição de ambiência, que destacamos a seguir. Não pretendemos com isso, entretanto, e cabe deixar isso muito claro, reduzir uma perspectiva à outra ou empreender um debate mais amplo e aprofundado sobre as mesmas, mas apenas identificar pontos de articulação possíveis, de confluências e divergências, visando contribuir para o debate multidisciplinar que nos propusemos e determinar o interesse que uma reflexão discursiva da linguagem pode vir a ter para a problemática das ambiências.

Podemos dizer que, ao pressupor uma relação constitutiva entre sujeito e espaço, a AD partilha da crítica à oposição positivista clássica entre sujeito e objeto assumida

triade *sujeito/linguagem/mundo* sobre a qual se constrói a realidade humana, a fim de pensar o caráter histórico (i.e. não natural) da mesma e a relação constitutiva entre seus termos.

⁶ Desenvolvida pela equipe do Laboratório de Estudos Urbanos/Nudecri, da Unicamp.

⁷ Como podemos conferir na leitura das definições de sociolinguística, dialetologia ou geolinguística nas obras de referência das ciências da linguagem (cf. Dubois *et alii* 1973; Hartmann et Stork 1972; Marouzeau 1971; Crystal 1987).

⁸ Quem em seu *Curso de Linguística Geral* (1916), obra póstuma escrita e publicada a partir das anotações de seus alunos, desenhou os contornos atuais da Linguística enquanto disciplina científica.

nos estudos sobre a ambiência, nos quais tal crítica é formulada a partir do postulado da não separação entre *organismo* e *ambiente* de Dewey (cf. THIBAUD, 2004). Para Dewey, o organismo e o ambiente não têm existência autônoma, não são “existências ou formas de existência substancialmente separadas” (DEWEY, e BENTHLEY, 1949, p. 123 *apud* THIBAUD, 2004, p. 231-232, tradução nossa), mas são antes duas vertentes complementares de um mesmo processo, constituindo uma *unidade*. A ambiência teria a ver com essa unidade do “monde environnant expérencé”, ou *situação*, base da experiência humana. O que faz com que, como afirma Thibaud (*ibidem*, p. 231), possamos estar numa ambiência “mas jamais frente a ela”, que não possamos “propriamente falando contemplá-la, observá-la à distância ou circunscrevê-la precisamente”. O que nós postulamos é que a linguagem tem um papel central na constituição dessa relação sujeito/espaço, o que pode contribuir para determinar a natureza e o funcionamento da dimensão simbólica das ambiências urbanas. Isso exige, porém, que nos situemos frente à relação entre a linguagem e a percepção sensível tal como estabelecida nesse campo de estudos.

É na definição do caráter imediato da experiência situada que a questão da linguagem se coloca. A ambiência, enquanto fenômeno perceptivo, remeteria ao “sentimento da situação”, isto é, ao impacto primeiro e global, anterior à representação consciente e a qualquer tentativa de discriminação dos diferentes elementos sensoriais envolvidos, sendo possível nesse sentido aproximá-la, como sustenta Thibaud, da noção de *qualidade difusa* de Dewey:

A impressão dominante global vem primeiro, talvez na apreensão do esplendor da paisagem, ou pelo efeito que tem sobre nós a entrada numa catedral, quando a luz ténue, o incenso, o vidro colorido e as proporções majestosas se fusionam num tudo indistinto. Nós dizemos a justo título que uma pintura nos toma. *Há um impacto que precede todo reconhecimento preciso daquilo de que se trata.*

[L'impression dominante globale vient en premier, peut-être dans le saisissement de la splendeur du paysage, ou par l'effet qu'a sur nous l'entrée dans une cathédrale quand le faible éclairage, l'encens, le verre coloré et les proportions majestueuses fusionnent dans un tout distinct. Nous disons à juste titre qu'une peinture nous saisit. *Il y a un impact qui précède toute reconnaissance précise de ce dont il s'agit.*] (DEWEY, 1980, p. 145, *apud* THIBAUD, 2004, p. 239) (grifos nossos)

É importante destacar que essa afirmação do caráter *imediato* da experiência não deve ser remetida a uma visão empiricista, mas sim entendida no sentido de que ela *não é mediada pela representação consciente*:

Insistindo no caráter imediato da experiência, Dewey não retoma a concepção do empirismo clássico, mas antes aquela que, a partir de Hegel, faz valer a presença do todo nas partes. O que opera na experiência imediata não são impressões sensíveis brutas, isoláveis e discretas (*sense data*), resultados elas também de uma construção teórica a posteriori, é a situação ela mesma tomada em sua globalidade, antes de toda tentativa de diferenciação e de distinção das partes que a compõem.

[En insistant sur le caractère immédiat de l'expérience, Dewey ne reprend pas à son compte la conception de l'empirisme classique mais bien plutôt celle issue de Hegel faisant valoir la présence du tout dans les parties. Ce qui est en œuvre dans l'expérience immédiate ce sont pas des impressions sensibles brutes, isolables et discrètes (*sense data*), issues elles aussi d'une construction théorique a posteriori, c'est la situation elle-même prise dans sa globalité, avant toute tentative de différenciation et de distinction des parties qui la composent.] (*ibidem*)

E é precisamente aí que a questão da linguagem comparece, sendo situada nesse nível consciente *posterior* ao 'universo da experiência', regido por mecanismos não conscientes:

“O universo da experiência é a précondição do universo do discurso. Sem o controle do universo da experiência, não há nenhum meio de determinar a conveniência, o peso ou a coerência de uma distinção ou de uma relação dada. O universo da experiência rodeia e rege o universo do discurso, mas não aparece jamais enquanto tal neste último” (Dewey 1993, p. 130). Como dar conta desse 'universo da experiência' que subentende a própria possibilidade da linguagem articulada?

[L'univers de l'expérience est la précondition de l'univers du discours. Sans le contrôle de l'univers de l'expérience, il n'y a aucun moyen de déterminer la convenance, le poids ou la cohérence d'une distinction ou d'une relation donnée. L'univers de l'expérience entoure et régit l'univers du discours, mais n'apparaît jamais en tant que tel dans ce dernier » (Dewey 1993, p. 130). Comment dès lors rendre compte de cet 'univers de l'expérience' qui sous-tend la possibilité même du langage articulé?] (*ibidem*)

Essa é sem dúvida uma passagem densa e que mereceria uma análise mais aprofundada. Reteremos apenas, para a presente discussão, dois aspectos. Em primeiro lugar, podemos dizer que o que nela está em jogo é um questionamento da relação entre a linguagem (o 'universo do discurso') e sua exterioridade (o 'universo da experiência', isto é, o sujeito da percepção, o mundo ao redor); em segundo lugar, vemos esboçada uma certa crítica à visão racionalista da realidade humana, pelo reconhecimento do caráter não consciente dos mecanismos que a determinam, tal como destaca Thibaud (*ibidem*) no seguinte trecho:

(...) Dewey se opõe a uma posição intelectualista demais que reduz a realidade a um estrito objeto de saber. Melhor ainda, ele inverte os termos do problema: mais que procurar um fundamento cognitivo à experiência, ele mostra que a própria cognição se apóia sobre a dimensão pré-reflexiva da experiência imediata (...).

[(...) Dewey s'oppose à une position par trop intellectualiste qui réduit la réalité à un strict objet de savoir. Mieux encore, il renverse les termes du problème : plutôt que de chercher un fondement cognitif à l'expérience, il montre que la cognition elle-même s'appuie sur la dimension pré-réflexive de l'expérience immédiate (...).]

Diremos que esses são questionamentos que se colocam também para a AD e que a resposta que a eles é dada marca sua especificidade em relação à Lingüística, especificidade que é preciso levar em conta para estabelecer as relações possíveis entre a linguagem e o fenômeno das ambiências.

A AD institui-se a partir de uma releitura feita por Pêcheux da obra de Saussure à luz de conceitos originários da teoria marxista e da psicanálise freudiana, nas respectivas formulações de Althusser e Lacan. Ele introduz uma reflexão sobre os efeitos da ideologia e do inconsciente sobre a língua saussuriana e formula um novo objeto: o discurso. Com esse gesto teórico, Pêcheux questiona o postulado da autonomia absoluta da língua, concebida pela Lingüística como sistema formal cujo funcionamento responderia apenas a leis internas, independentemente dos fatores “extralingüísticos” relativos ao sujeito e ao contexto (histórico-social), relegados à fala e considerados resíduos não passíveis de análise científica; a língua para a AD é apenas *relativamente autônoma* desses fatores, pois eles têm um papel determinante em sua estrutura e funcionamento, não sendo, portanto, exteriores a ela (PÊCHEUX, 1975/1988; HENRY 1977/1992). Pêcheux desloca, desse modo, a dicotomia saussuriana língua/fala propondo a relação, não dicotômica, língua/discurso, na qual esses termos são redefinidos. A língua é, para Pêcheux, *base material de processos discursivos*, de natureza histórico-social (cf. PÊCHEUX, 1975/1988: 91-2), em cujo funcionamento intervêm as determinações do inconsciente e da ideologia, isto é, dos complexos mecanismos de elaboração e articulação da *individualidade* do sujeito e da natureza *social* de sua existência⁹; o discurso não é, dessa perspectiva, como afirma Orlandi,

⁹ Com essa releitura de Saussure, Pêcheux contribui para a crítica anti-positivista à concepção racionalista de sujeito produzida a partir de Marx e Freud, formulando o papel que a linguagem tem no processo de constituição subjetiva. É na e pela língua, enquanto base material de processos discursivos, que são produzidas as ilusões que colocam o sujeito, o “animal simbólico”, no centro e origem de seus pensamentos e de suas intenções, constituindo o *ser da consciência individual* e o *ator social*, objetos da reflexão crítica da psicanálise e do marxismo. Isto é, se por Freud sabemos que o sujeito não é onde *se pensa*, pois sua consciência está descentrada pelo inconsciente; por Marx, que o sujeito não *age* onde *tenciona*, pois suas intenções estão descentradas pela ideologia (o *Outro* da história, como diz Eni

mais um *nível* (superior à frase) dentre outros níveis da língua (fonológico, morfológico, sintático...), mas um objeto teórico que resulta de um *olhar diferente* sobre todos eles, que considera que a exterioridade (o sujeito, o mundo) afeta o interior do sistema lingüístico, qualquer que seja o nível focalizado¹⁰ (cf. ORLANDI, 1983).

A partir do que foi posto, podemos voltar à questão do caráter imediato, não consciente, da percepção sensível, que faria desta um fenômeno anterior e independente da linguagem, afirmando que, de uma perspectiva discursiva, a linguagem não funciona no nível da representação consciente, mas por *esquecimentos* dos fatores sócio-históricos e políticos (ideológicos) que a determinam (cf. PÊCHEUX, 1974/1975/1988); daí a afirmação de Pêcheux de que o inconsciente e a ideologia se encontram materialmente ligados no funcionamento do discurso.

É partindo dessa perspectiva que abordamos a questão do sentido, nossa porta de entrada, enquanto especialistas da linguagem, para a discussão sobre as ambiências urbanas. Se a percepção sensível para Dewey, como havíamos visto, convoca um trabalho de interpretação, de atribuição de sentidos, o que nós postulamos é que esses sentidos são *materiais, são elaborados em e através da materialidade da língua*. Essa é uma questão central na concepção de linguagem que, enquanto intelectual filiado ao materialismo histórico, Pêcheux assume na teoria que desenvolve, numa crítica à visão idealista segundo a qual os sentidos estariam constituídos independentemente da língua, para depois serem “veiculados” por ela:

É, pois, sobre a base dessas leis internas [da língua] que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas lingüísticos. (PÊCHEUX, 1975/ 1988: 91).

Orlandi); por Pêcheux, que isso se dá em e através dos mecanismos lingüísticos que sustentam o discurso (cf. Rodríguez-Alcalá 2000, 2005). Através do conceito de discurso, Pêcheux permite compreender como se opera a articulação entre o sujeito do inconsciente e o sujeito da ideologia, objetos respectivos da psicanálise e do marxismo, o que lhe confere um lugar na trilogia de autores na qual inscreve sua reflexão:

| | |
|----------------------|-----------------------------------|
| MARX [→ ALTHUSSER] | sujeito da IDEOLOGIA |
| FREUD [→ LACAN] | sujeito do INCONSCIENTE |
| SAUSSURE [→ PÊCHEUX] | sujeito do DISCURSO |
| | língua [ideologia / inconsciente] |

¹⁰ Essa concepção marca a diferença da AD em relação a outras teorias semânticas, pragmáticas e mesmo discursivas, que re-introduzem uma reflexão sobre o sujeito e o contexto na análise da linguagem, mas sem questionar a autonomia do “núcleo duro” do sistema lingüístico, mantendo a dicotomia língua/fala, postura que acarreta diferenças teórico-metodológicas importantes.

Diremos assim, dialogando com as palavras de Dewey referidas no início, que os sujeitos percebem os objetos e acontecimentos do mundo ao redor não a partir de um gesto individual, determinado por estímulos neuropsicológicos, mas de sentidos que estão previamente atribuídos na história, de acordo com as condições políticas, econômicas e culturais das sociedades em que vivem, sentidos esses, nós acrescentamos, que são produzidos em e pela materialidade lingüística. É a esse trabalho de interpretação, afetado pelo político e pelo esquecimento, que chamamos *memória discursiva*, ou *interdiscurso*, enquanto conjunto de dizeres estabilizados historicamente numa sociedade dada, que instituem, nas palavras de Pêcheux, um sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas por todos (cf. Pêcheux /1975/ 1988: 162). A percepção sensível não seria, nesse sentido específico, um fenômeno direto, imediato, mas sim *mediado* por uma interpretação particular, estabilizada numa memória discursiva, na qual os sujeitos se inscrevem de modo não consciente através da língua. A memória discursiva apresenta-se assim, em nosso entender, como uma noção pertinente para operacionalizar teórica e analiticamente o reconhecimento do caráter histórico e sócio-político dos fenômenos perceptivos, tal como é pressuposto nos estudos sobre as ambiências:

(...) nossas maneiras de sentir e de qualificar uma situação estariam filtradas pelas injunções sociais relativas ao funcionamento de uma sociedade em seu conjunto.

[...] nos façons de sentir et de qualifier une situation seraient filtrées par les injonctions sociales relatives au fonctionnement d'une société dans son ensemble.] (THIBAUD 2004, p. 249).

Esses dizeres que conformam a memória, entretanto, não representam um conjunto homogêneo, e sim uma *unidade contraditória*, na expressão de Pêcheux (*ibidem*, p. 91), constituída por *gestos de interpretação* (ORLANDI, 2001) heterogêneos, realizados de posições desiguais, assimétricas, antagônicas, chamadas de *formações discursivas* (FD)¹¹ (PÊCHEUX, *ibidem*). Assim sendo, se os sujeitos numa determinada situação conferem sentidos a partir de uma memória comum, partilhada, eles não o fazem (necessariamente) a partir de uma mesma posição, mas de FD

¹¹ Pêcheux se inspira na noção proposta por Foucault, que define as formações discursivas como conjuntos “de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem em uma época e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault 1969: 153).

diferentes, o que estabelecerá sentidos diferentes às suas palavras, todos igualmente “evidentes”, como diz Pêcheux¹² (*ibidem*, p.161).

É através do funcionamento contraditório da ideologia que essas evidências são produzidas e que sentidos e sujeitos se constituem, ao mesmo tempo em que o espaço é produzido (percebido)¹³. A ideologia não é, para a AD, “falsa consciência” ou “alienação” mas, em conformidade com a definição althusseriana, mediação necessária entre o homem e suas condições materiais de existência; ela diz respeito às relações de poder (desiguais, contraditórias, antagônicas) que regem a sociedade, tal como elaboradas simbolicamente, em e através dos mecanismos lingüísticos que sustentam o discurso, cujo funcionamento é da ordem do inconsciente (daí a sua eficácia). A ideologia, tal como definida por Orlandi, é o processo de produção de sentidos que, naturalizados, passam a constituir o *sensu-comum*, a memória comum; nas palavras dessa autora (1990), a ideologia é “o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria no entanto como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado”.

É a partir dessa concepção que propomos abordar discursivamente uma questão central na problemática das ambiências, a saber, o efeito de evidência e de naturalidade na relação cotidiana dos sujeitos com o espaço em que vivem. Como afirmam Thibaud e Tixier (1998), debruçar-se sobre a experiência ordinária, objeto dos estudos sobre as ambiências, é problematizar o que passa despercebido na vida de todos os dias, interrogar o que se apresenta habitualmente como evidente, desestabilizar nossa familiaridade com o mundo, nossos hábitos perceptivos. A noção de hábito de Dewey

¹² Afirma Pêcheux (*ibidem*) que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’ [...]”. Para dar um exemplo banal, “greve” pode ser sinônimo de “baderna” numa FD dada, ou significar “reivindicação por uma maior justiça social” numa FD diferente.

¹³ Pêcheux retoma e desenvolve na AD as duas evidências ideológicas fundamentais postuladas por Althusser, a saber, a *evidência do sujeito*, enquanto centro e origem de si, e a *transparência da linguagem*, enquanto código que remeteria diretamente, de forma transparente, às coisas do mundo, a partir de sentidos dados naturalmente, evidências através das quais se apaga o processo histórico de constituição desses fenômenos. Caberia nesse quadro elaborar a terceira evidência que completa a referida tríade sujeito/linguagem/mundo, e que já está posta por esses autores, que é a “evidência do mundo”, se é que podemos assim chamar, pela qual este se apresenta como meio natural pré-constituído, apagando-se o processo histórico de produção do espaço (político) da vida humana. É a formulação dessa questão, em nosso entender, a contribuição específica e inovadora que a reflexão promovida na área saber urbano e linguagem visa trazer para os estudos do discurso (e da cidade).

mobiliza, precisamente, essa questão, como vemos na seguinte definição que havíamos já parcialmente referido:

(...) o hábito (...) não consiste numa resposta individual às solicitações do mundo ao alcance mas (...) opera, ao contrário, no nível do coletivo. (...) seria mais adequado falar de hábitos no plural, na medida em que eles mobilizam nossas maneiras de perceber, de mover-nos, de compreender e mesmo de pensar. É assim que cada situação corresponde a uma configuração ou reconfiguração desses diferentes planos que escapa em grande parte à atividade consciente dos agentes. Os hábitos são em grande medida anônimos e impessoais; eles funcionam no nível pré-reflexivo da experiência e garantem o que é tido por adquirido para cada um.

[(...) l'habitude (...) ne consiste pas en une réponse individuelle aux sollicitations du monde à portée mais (...) elle opère au contraire au niveau du collectif. (...) il serait plus adéquat de parler d'habitudes au pluriel dans la mesure où elles mobilisent tout autant nos façons de percevoir, de bouger, de comprendre et même de penser. C'est ainsi que chaque situation correspond à une *configuration* ou reconfiguration de ces différents plans *qui échappe en grande partie à l'activité consciente des agents*. Les habitudes sont dans une large mesure *anonymes et impersonnelles* ; elles *fonctionnent au niveau pré-reflexif de l'expérience et garantissent ce qui est tenu pour acquis pour chacun.*] (DEWEY, 1902 *apud* THIBAUD, 2004, grifos nossos)

Podemos dizer, sem o intuito de apagar a especificidade das noções em questão, que através do discurso, de sua relação com a memória histórica e com a ideologia, o que procuramos determinar são esses condicionamentos sociais, coletivos, de natureza política que, de modo não consciente, “anônimo e impessoal” (não subjetivista, diríamos nós), mobilizam nossas maneiras de estar, de agir, de pensar, de compreender e de perceber o espaço, garantindo o que é “tido como adquirido por cada um”. Vale insistir que, de uma perspectiva discursiva (materialista), a ideologia não é um conjunto de “idéias”, mas de *práticas* sociais cujos sentidos, elaborados na/pela língua, apresentam-se como naturais, sendo percebidos e aceitos por todos como evidentes □o que faz da análise da língua um instrumento para desnaturalizar essas práticas, desestabilizar nossa familiaridade com o mundo e nossos hábitos perceptivos.

Passemos à pesquisa de campo realizada para que possamos esclarecer, a partir da análise do *corpus*, as questões que foram aqui levantadas.

3. A Pesquisa de Campo

3.1. As praças públicas

Nosso objeto de estudo esteve constituído pelo espaço compreendido entre três praças públicas localizadas no centro histórico da cidade de São Paulo, a saber, a Praça da República, o Largo de Arouche e a Praça Julio Mesquita, espaço no qual cabe destacar a Avenida Vieira de Carvalho, que liga as duas primeiras praças, como observamos no seguinte mapa:



1. Praça da República; 2. Largo do Arouche; 3. Praça Julio Mesquita; 4. Av. Vieira de Carvalho.

Devemos lembrar aqui que, desde sua fundação, em 1554, com a fundação do Colégio dos jesuítas, até a primeira metade do século XIX, o espaço ocupado pela cidade de São Paulo, que não passava de uma pequena vila, esteve confinado ao centro histórico. A cidade assistiria, a partir das décadas de 1870-1880, a um crescimento urbano vertiginoso, para o qual contribuíram de maneira decisiva os movimentos massivos de imigração provenientes de países europeus e asiáticos, que se juntaram ao fenômeno das crescentes migrações internas em direção à capital paulista. Entre 1872 e 1907, a população de São Paulo aumentou aproximadamente 1.000%, passando de 31.385 a 286.000 habitantes; ao longo do século XX, esse processo se acentuaria, fazendo com que a população da cidade chegasse aos 12.964.785 de habitantes com que conta hoje, número que ascende a mais de 20 milhões se considerada a região metropolitana, principal pólo industrial do país, o que a torna a cidade mais populosa do Brasil e a terceira do mundo, depois de Tóquio e da Cidade do México¹⁴.

O centro histórico foi durante certo período o local de residência da alta burguesia paulistana e era ocupado por grandes mansões e edifícios, construídos principalmente nas décadas de 1940 e 1950, lojas, hotéis e restaurantes de luxo. Posteriormente a região passou por um processo de “decadência”, identificada à

¹⁴ Os dados são do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000.

mudança do estrato social da população que nela mora e circula e ao abandono do espaço pelo poder público, com as conseqüências que isso tem para sua paisagem física (deterioração das casas, dos edifícios e dos equipamentos urbanos, de modo geral), bem como para a degradação das relações sociais, associada mais especificamente aos fatores expostos a seguir.

Os habitantes da região são hoje em sua maioria pessoas de classe média e média baixa, além de um número crescente de moradores de rua, adultos e crianças, que sobrevivem da coleta de materiais para reciclagem, da prostituição, da mendicância e/ou de pequenos furtos aos transeuntes e aos veículos; o tráfico e o consumo de drogas ilegais, além do consumo excessivo de álcool, é um fenômeno muito difundido entre esses moradores de rua. Existe paralelamente o problema do esvaziamento do espaço, que entre 1980 a 1991 perdeu 134 mil habitantes (11 % da população da região), produzindo o esvaziamento de 30% dos imóveis, muitos dos quais são objeto de ocupação ilegal da população de “sem teto”, organizada em torno de movimentos sociais.

Durante o dia o local continua a desempenhar as funções de centro de trabalho e de comércio, embora não se trate mais de um comércio de luxo (transferido para outros bairros e para os *shopping centers*), fato associado à emergência de um grande volume de comércio informal, exercido massivamente de maneira ilegal, motivo de disputas entre os proprietários das lojas e os vendedores ambulantes, que sofrem repressão por parte do poder público. No período noturno a região tornou-se muito conhecida como cenário de prostituição, notadamente homossexual, incluindo a presença de travestis e de *drag-queens* e associada muitas vezes ao problema da pedofilia, o que constitui outro dos focos de tensão que caracterizam esse espaço.

Embora as conseqüências de todos esses problemas sobre a aparência do espaço não sejam tão evidentes, como pode parecer por este relato, para quem não o conhece (apesar de os mesmos serem nitidamente visíveis e bastante chocantes, o espaço mantém, sobretudo durante o dia, uma rotina “normal” e uma infra-estrutura urbana considerável, com praças e construções bonitas, rodeadas por muito verde), existe o referido *con-senso*, no sentido de *senso-comum*, de *sentido partilhado*, a partir do qual o espaço é percebido como “decadente” e “deteriorado”, além de “conflituoso”.

As perguntas que podemos fazer-nos frente a esse fato, tendo em vista a análise da dinâmica das ambiências, em sua dimensão simbólica e política, são as seguintes: se o espaço é percebido como “decadente”, que sentidos específicos são conferidos a essa

“decadência”, como são interpretados esses diferentes fatores de que é composta (pessoas que dormem nas calçadas ou nos bancos das praças; prédios “invadidos” por pessoas que não têm onde morar; homossexuais que à noite praticam sexo nas ruas, etc.)? Dito de outro modo, quais são os modos históricos de organização espacial e social percebidos como “deteriorados” e de que maneira eles interferem na configuração (“degradação”) física do espaço e nas normas de convivência, dando uma forma particular aos conflitos produzidos? Ou ainda: qual é o “denominador comum” que une a diversidade dos fatores presentes na produção do espaço analisado e suscita esse efeito global de “decadência” e “deterioração” na percepção do mesmo?

É para responder a essas questões que levantamos a hipótese anunciada no início, que desenvolvemos a seguir, logo após a apresentação do corpus que foi analisado.

3.2. O corpus

O *corpus* de nossa pesquisa esteve constituído por um conjunto de entrevistas a pessoas que ocupam o espaço público estudado, realizadas por Okamura (2004), bem como por imagens de vídeo sobre o mesmo¹⁵. As entrevistas foram do tipo aberto; foi solicitado aos entrevistados que falassem sobre sua vida e, mais especificamente, sobre seu bairro, expondo suas impressões sobre o mesmo: o que achavam bonito, feio, importante, adequado, impróprio, etc.; foi solicitado também, durante o percurso pelo bairro realizado em companhia da entrevistadora, que eles fizessem o registro fotográfico daquilo que consideravam importante. Foram realizadas ao todo 15 entrevistas, procurando contemplar o diversificado espectro social da população que mora e/ou circula no espaço em questão, conforme foi exposto; as pessoas selecionadas segundo esse critério foram as seguintes¹⁶:

- líder comunitária
- presidente da associação local
- síndico do prédio
- executivo
- advogado
- aposentada
- proprietário de restaurante
- segurança do bairro
- vendedor ambulante
- “invasora” de prédio
- morador de rua (adulto)
- moradora de rua (adolescente)
- homossexual prostituto
- travesti
- drag queen

As imagens de vídeo realizadas procuraram focalizar o lugar e o percurso de cada um desses habitantes no referido espaço.

¹⁵ Queremos expressar nosso especial agradecimento a Cíntia Okamura pelo valioso material de sua tese de doutorado que compartilhou conosco, com a generosidade que a caracteriza, e a Hélio Solha, a quem devemos as imagens de vídeo.

¹⁶ Para mais detalhes sobre a metodologia utilizada para a constituição do corpus de entrevistas, confrontar Okamura 2004.

3.3. A Análise

3.3.1. A pergunta da pesquisa

Uma das noções associadas à dinâmica das ambiências é a questão do *movimento*. De acordo com Thibaud (2002), as qualidades do movimento do público podem ser consideradas como uma expressão possível da ambiência. Uma pergunta que podemos fazer-nos, em relação ao espaço público analisado, é como se movem os sujeitos que o habitam, qual é a percepção que os diferentes sujeitos têm disso. Para explorar essa pergunta, propomos compreender o movimento num sentido amplo, como uma noção estruturante da cidade (RODRÍGUEZ-ALCALÁ 2003). Desse ponto de vista, a organização interna da cidade, suas divisões, respondem a modos históricos que certas sociedades estabeleceram para *assentar-se* no espaço, isto é, para *fixar-se* e *circular* por ele, de acordo com modalidades de *encontro* pautadas por normas específicas de sociabilidade¹⁷. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, conforme propomos, essa organização está fundada na distinção *público/privado*, tal como elaborada na chamada tradição ocidental. Nossa hipótese é a de que essa distinção institui uma *memória*, caracterizada por uma *estética*¹⁸ presente na produção do espaço urbano, em suas diferentes instâncias.

Quando observamos o plano de uma cidade, vemos que esta se apresenta *grosso modo*, em sua própria configuração arquitetônica, como um quadriculado de *espaços privados* (casas, edifícios), concebidos como lugares do *habitar*, do *morar* (isto é, espaços para *fixar-se*, *assentar-se*), circundados por *espaços públicos*, planejados para *circular* e *encontrar-se* (ruas/calçadas, para veículos/pedestres; praças). Essa divisão, que envolve questões técnicas e estéticas, entre outras, para o planejamento e construção dos prédios e dos equipamentos urbanos que operacionalizem tais modalidades de moradia e de circulação/encontro, responde a modos de estar-juntos relacionados aos próprios sentidos históricos do que seja “público” ou “privado”. De acordo com Richard

¹⁷ Podemos dizer que o movimento, associado à questão de tempo (duração), é uma noção fundante da ordem urbana, do que concebemos como cidade, que delimita não apenas seu espaço interno mas também suas fronteiras exteriores. Pensamos aqui na própria denominação de cidade enquanto *assentamento* humano, que opõe a cidade a outros modos de ocupação do espaço, notadamente o *nomadismo*: sociedades que não se fixam, não se assentam no espaço, ou o fazem de modo (mais ou menos) provisório; desse ponto de vista, seria o nomadismo (e não o campo, por exemplo) o ‘outro’ da cidade (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ 2003).

¹⁸ Lembramos, como faz Thibaud (2004), que a palavra *estética*, originariamente, não se limita ao sentido mais recente de “ciência do belo” ou “gosto estético”, mas remete à “faculdade de sentir” e a “perceptível, sensível” (o termo vem do grego *aisthêtikos*, derivado do verbo *aisthanesthai*, “sentir”, da mesma família de *aiein* “apreender, perceber”) (cf. REY, ALAIN (org.), *Le Robert historique de la langue française*. Paris: Larousse.)

Sennett, a palavra “público”, além de designar aquilo que está “sujeito à observação pública” e, também, o “bem público”, enquanto “bem comum” da sociedade,

na época em que havia já adquirido sua significação moderna (...) significava não somente uma região da vida social localizada à parte do quadro da família e dos amigos íntimos, mas igualmente que esse domínio público incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas.

[à l'époque où il avait déjà acqui sa signification moderne (...) signifiait non seulement une région de la vie sociale localisée à l'écart du cadre de la famille et des amis intimes, mais également que ce domaine public incluait une diversité relativement grande de personnes.] (SENNETT, 1988: 31).

“Público” foi constituindo-se, dessa forma, por oposição às noções de intimidade e de família formuladas no interior da ideologia burguesa cristã, que foram delimitando o domínio privado, vinculado, com a emergência do capitalismo, à questão econômica da propriedade (cf. SENNETT, 1988; ARIÈS, 1981, 1991; ARENDT, 1958). Esses sentidos estão na base dos mecanismos políticos, jurídicos e administrativos que incidem na constituição e regulamentação do bem público e da propriedade privada, bem como nas normas culturais, estéticas e morais de civilidade, que ditam quais são os comportamentos adequados em público, no encontro com estranhos na rua, ou em privado, na intimidade da casa, com a família e os amigos próximos.

Refletir sobre a dinâmica das ambiências numa praça pública significa, portanto, tomar como objeto um espaço produzido (dividido) a partir dessa memória histórica¹⁹, conformada por esses diferentes elementos imbricados, que ilustramos sinteticamente no seguinte quadro:

| PRAÇA (RUA/CALÇADA) | CASA (APARTAMENTO) |
|---|--|
| espaços públicos (bem comum) | espaços privados (propriedade privada) |
| ↓ | ↓ |
| para circular, encontrar-se normas de comportamento público (com estranhos) | para morar, habitar (assentar-se, fixar-se) normas de comportamento privado (com familiares / amigos íntimos) |
| espaço do pedestre (automobilista/(moto)ciclista) | espaço do morador (proprietário/inquilino) |

¹⁹ Para compreender a historicidade desse modo específico de configuração espacial e social basta pensar como a distinção público/privado e sua vinculação à família (à intimidade), associada por sua vez à moradia individual e à propriedade privada, é absolutamente estranha, por exemplo, para certas sociedades indígenas americanas, como a dos guaranis, que tradicionalmente viviam em moradias coletivas, de grupos de várias famílias, sem divisórias internas. Uma das questões que mais chocava a sensibilidade “ocidental” era o exercício da sexualidade exposto à “observação pública”, sem a proteção do manto da intimidade, o que levou os missionários a introduzirem divisórias internas a essas moradias, por questões *morais*.

Essa distinção, entretanto, não está isenta de contradições, de superposições, de indistinções, em relação às quais pode ser compreendida a forma que assumem os problemas das sociedades capitalistas contemporâneas, decorrentes do esvaziamento do sentido do público, enquanto bem comum que exige a mediação do Estado, acompanhado da erosão do domínio privado²⁰ (cf. Sennett 1988; Arendt 1958). É precisamente a desestabilização dessa distinção, de suas conseqüências sobre o espaço urbano estudado, a questão que propomos mobilizar em nossa análise.

Mas como surgiu essa hipótese e de que forma se mostrou pertinente para revelar fenômenos de ambiência?

3.3.2. O percurso analítico

Quando percorríamos junto com a equipe o centro de São Paulo para realizar as imagens de vídeo do espaço que foi objeto de nossa pesquisa, já conhecendo o conteúdo das entrevistas e procurando uma entrada para a análise, deparamo-nos com a seguinte situação que me afetou particularmente:



Imagem 1

²⁰ Segundo Hanna Arendt, a palavra “privado”, originariamente associada, no mundo grego, à “privação” (daquilo que é propriamente humano, isto é, a vida pública na *polis*), ao ser conectada, com o capitalismo, à propriedade, perde imediatamente esse caráter de privação e muito de sua oposição com o domínio público em geral (cf. ARENDT 1957: 60-1). A propriedade privada deixa de ser a instância para satisfazer as necessidades básicas da vida e, nesse sentido, o pré-requisito para usufruir o bem-estar da vida pública, passando a ser equacionada ela mesma com o bem-estar. Por isso a sociedade, diz a autora (*ibid.*: 68), assume a forma de uma organização de proprietários que, em lugar de demandarem acesso ao domínio público tendo em vista seu bem-estar, demandam proteção dele para a acumulação de mais bem-estar. O bem comum não é mais comum, no sentido de um mundo comum, mas ele se tornou estritamente privado; só o governo, apontado para proteger os proprietários privados uns dos outros na luta competitiva por mais bem-estar, é comum. Tanto o público como o privado se esvaeceram: o público, porque se tornou uma função do privado, e o privado porque se tornou a única preocupação comum (cf. ARENDT 1957: 69).

Foi a racionalização posterior do impacto imediato produzido por essa imagem aquilo que me levou a formular a referida hipótese²¹: o que chocou minha sensibilidade foi a exposição à observação pública, em plena calçada, da intimidade de uma cama desfeita, já abandonada por seu dono após uma noite de sono, como na privacidade de um quarto de dormir de uma casa. O mesmo sentimento foi confirmado a partir de outra imagem, onde vemos roupas jogadas (um casaco e um *short*) no meio de uma praça pública, como no chão de um dormitório desarrumado, deixadas por alguém que acabou de trocar-se de roupa:



Imagem 2

A explicação desse estranhamento está na percepção desses vestígios de pessoas que se fixam em lugares públicos, de circulação e encontro, realizando neles atividades íntimas (como dormir numa “cama” ou trocar-se de roupa), fato conflitante em relação a uma determinada memória de ocupação do espaço na qual eu mesma, pesquisadora, enquanto membro dessa sociedade, não deixo de estar inscrita.

A questão que se coloca nesse espaço é que a praça pública, assim como as ruas e as calçadas, de lugares de encontro e de circulação passam a ser, contemporaneamente, lugares de moradia, de habitação, com a tensão que isso produz em relação tanto à concepção arquitetônica do espaço como às normas de sociabilidade estabelecidas. Essas imagens são, nesse sentido, um sintoma da desagregação de fronteiras entre público e privado, resultado de problemas políticos e econômicos mais amplos, que institui a estética, a *tonalidade* (THIBAUD, 2004) particular desse espaço, qualificado como “decadente” e “deteriorado”. De um lado, no que diz respeito aos equipamentos urbanos, os bancos públicos passam a funcionar como “camas”; as calçadas e outros espaços públicos onde é possível encontrar alguma proteção contra as

²¹ Não se trata estritamente, portanto, de uma hipótese, entendida como suposição abstrata que se antecipa à análise, conforme definições clássicas; nesse sentido, na AD não trabalhamos com *hipóteses*, mas com *perguntas* surgidas no contato com a materialidade do corpus, no ir-e-vir entre teoria e análise que caracteriza os procedimentos discursivos.

intempéries do tempo (como as marquises dos prédios, um viaduto ou o coreto de uma praça), como “dormitórios”; as fontes de água, como “banheiras” e, quando esvaziadas para impedi-lo, como abrigos, função que acaba sendo também reprimida pela freqüente instalação de sensores eletrônicos ou de cercas na tentativa (nem sempre bem sucedida) de bloquear o acesso, como observamos numa das praças analisadas (a Praça Júlio de Mesquita):



Imagem 3



Imagem 4

Imagem 5²²

De outro lado, as disputas sociais que caracterizam esse espaço, descritas anteriormente (no item 3.1.), podem ser reorganizadas sob esse prisma, pois é possível dizer que elas respondem ao choque com normas de sociabilidade fundadas nos sentidos do público e do privado, que havíamos apontado. Na análise das entrevistas que conformam nosso corpus, podemos ler que os personagens “conflitivos” são aqueles identificados, de um lado, à *incursão do domínio privado no domínio público* e às conseqüências que isso provoca na configuração material e humana do espaço:

- os *moradores de rua*, que se fixam em espaços de circulação e de encontro, realizando atividades “íntimas” nesse espaço, como *dormir, trocar-se de roupa, cozinhar, comer*, etc. (além de, em certos casos, delitivas: *roubar, traficar, drogar-se*);
- os *homossexuais* envolvidos na prostituição que praticam sexo em público, nas ruas, com o agravante, para a cultura ocidental contemporânea, da interdição da sexualidade homossexual²³;
- os *vendedores ambulantes (camelôs)*, que exercem o comércio de forma ilegal em espaços públicos de circulação não previstos para tanto.

Na direção oposta, temos os personagens que representam uma *intrusão no domínio privado* que põe em suspense a questão econômica da propriedade associada a esse domínio:

²² Imagem reproduzida a partir de Okamura 2004.

²³ O que não era o caso na cultura grega da Antigüidade.

- os “*sem teto*”, que se fixam em moradias privadas de maneira ilegal, sem preencherem os requisitos econômicos e jurídicos para tanto (serem *proprietários* ou *inquilinos*).

Podemos afirmar, assim, tendo sempre presentes as palavras de Dewey, que os objetos que compõem o aspecto físico do espaço (construções, equipamentos urbanos, monumentos, etc.), os diferentes sujeitos que estão nele e os acontecimentos que se desenrolam são percebidos na relação com um espaço dividido historicamente (economicamente) de certa maneira, entre outras possíveis. Isso aponta para a dimensão política de sua produção, marcada pela disputa pelo direito à ocupação do espaço e pela legitimidade do movimento: quem pode fixar-se e/ou circular por ele, onde e de que maneira. Pensar na divisão público/privado e na desagregação de suas fronteiras permite, desse modo, conceber o espaço como uma unidade perceptiva, em termos sensoriais e de significação, contemplando, ao mesmo tempo, suas contradições, pois os sentidos atribuídos a essa divisão e à partilha do espaço não são homogêneos, mas divergentes, tanto entre as diferentes “comunidades” que convivem nele (moradores de rua, vendedores ambulantes, homossexuais prostitutas, etc.), como no interior das mesmas. Dito de outra forma, embora essas divisões do espaço se inscrevam numa memória comum, elas não são significadas a partir da mesma posição, mas de FD diferentes, contraditórias, que determinam os diferentes sentidos através dos quais é percebido esse espaço e são interpretados os diferentes elementos sensoriais que o compõem. Vejamos alguns exemplos a partir da análise das entrevistas.

3.3.3. As Entrevistas

Para discutir as questões levantadas, analisaremos alguns processos de designação nas descrições que os diferentes entrevistados fazem do espaço estudado. Identificaremos, a partir disso, alguns elementos que permitirão compreender que o modo como são referidos *o habitante* e *o habitar* está determinado pela percepção da *inserção dos sujeitos no espaço* (na referida divisão público/privado) e das *atividades* que nele realizam (consideradas próprias/impróprias, legais/ilegais, morais/imorais, de acordo com as normas de sociabilidade mencionadas).

a) *o habitante*

Vejamos a seguinte fala do vendedor ambulante (D) na descrição de uma das praças públicas analisadas:

- A Praça é importante em si... porque é onde os moradores se encontram, né? (...)
- Olha, os moradores tão conversando... estão na Praça... estão usando o que é deles...
- Aqui é frequentado pelos moradores?
- Moradores... Eu estou mostrando para senhora, porque é um lugar que eu acho bonito...

Se partíssemos do sentido de “morador”, de “habitante” como “aquele que mora”, que “reside habitualmente num lugar”, de acordo com as definições que encontramos nos dicionários²⁴, deveríamos identificar a descrição acima como referente àqueles que residem habitualmente nas imediações da praça, por oposição às pessoas que circulam ocasionalmente por ela. Isso incluiria, como vimos, uma população muito variada de pessoas, entre elas, vendedores ambulantes, homossexuais dedicados à prostituição e “sem teto”, que moram nos edifícios da região, além dos próprios moradores de rua instalados na praça e nas calçadas, alguns deles dedicados à delinquência. Não é isso, porém, o que acontece, como vemos explicitado na seguinte passagem, na fala do mesmo vendedor ambulante, onde *morador* exclui *homossexual/travesti, ladrão, traficante*, independentemente de terem ou não residência fixa no lugar:

D – Ahhh a Praça da República é pior, né? Porque... existe... muita droga, entendeu? (...) Muito homossexual (...) é... uma Praça que é... é... um ponto usado... (...) por *travesti* e *traficante*, entendeu? (...) Os moradores não podem usar... (...) é perigoso ... porque tem ... muito *ladrão* de celular, lá... bate carteira, né (...) a Praça da República não é... lugar de uma senhora passear... (...) A Vieira é... pior (...) porque a Vieira parece que tem um ladrão pra cada um viado...

Vemos esse mesmo procedimento na conversa de um advogado de classe média (A), morador do bairro, com a entrevistadora (E), na qual *moradores* se opõe também a *vendedores ambulantes (camelôs)*, identificados à “deterioração” do bairro:

A – Eu esperaria que um dia a prefeitura acabasse com isso, aí o centro voltaria a ser o que era... (...) Você mal pode transitar por ali... (...) O maior problema aqui, que pode ser resolvido, é tirar os camelôs (...) com referência esses bares gays que existem na parte da noite, na Vieira de Carvalho (...) só frequenta lá, quem quer... (...) À noite ali... (...) os moradores daqui nem tomam conhecimento daquilo...

E – Ah, o senhor acha que deteriora em que sentido?

A – Deteriora em todo sentido, porque eles ficam amontoados nas calçadas, não é?

Essa tensão entre “ter residência fixa” no bairro, mas “não ser morador”, é perceptível a partir das informações fornecidas pelos entrevistados, como no caso do vendedor ambulante D, que como ele mesmo conta mora no bairro mas é excluído, na fala do advogado A, da categoria de *moradores*:

E – (...) o senhor mora onde?

D – Eu moro na Rua do Arouche.

E – Ah, o senhor mora aqui perto...

²⁴ Baseamo-nos para estas e demais definições lexicográficas a serem citadas em FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição, revista e aumentada (20ª reimpressão). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Poderíamos explicar a exclusão dessas pessoas na fala dos demais entrevistados pelo eventual desconhecimento destes de que elas moram no bairro, mas não é esse o caso, como é explicitado na seguinte entrevista com uma representante da associação de moradores (R) e com o segurança particular do bairro (W), a partir da pergunta da entrevistadora (E):

W – É o hotel, é a lanchonete do hotel São Rafael...Você não conhece? (...) Vem família com criança, você viu? Vem pai, vem mãe com criança. Agora durante o dia é uma beleza; agora, à noite... é só viado...

E – E esse pessoal é de onde?

W – É daqui né, não é não dona R?

R – Não é daqui não.

W – A maioria é daqui.

R – É a periferia que tá vindo pra cá agora, periferia... (...)

W – Ah aqui nossa, aqui tem de tudo, não é não dona R? Aqui tem de tudo não é dona R? De tudo tem um pouco aqui.

R – Desde viado...

W – Ave! Não fala em viado não, pelo amor de Deus.

E – Tem muito é?

W – Nossa senhora!... 80% aqui são viado... não é dona R? (risos) É viado e travesti, 80%.

E – Eles moram aqui?

W – Moram e nesses hotéis aí a maioria é tudo traveco... travesti

R – Ai, não conta!

No caso dos moradores de rua, eles são designados como *moradores, pessoas, população*, sempre com a especificação *de rua*, que também se opõe a *moradores*:

V – esse prédio aqui, nós temos uma, uma população bem variada aqui..uma grande quantidade de, de pessoas de rua né, de moradores de rua..se pode ver em frente do Correio lá..tá vendo é uma população de rua ali...que eles estão acampados ali... eles não saem dali...

Temos ainda o caso dos “sem teto” que apesar de morarem nos prédios da região, também não são considerados *moradores*, sendo referidos mais frequentemente como *invasores*, como vemos na seguinte entrevista com a líder de um movimento de “sem teto”, em referência aos estatutos da associação de moradores do bairro:

– (...) entramos na *Ação Local*, no *Viva o Centro* (...) que era reacionário..porque tem um parágrafo do estatuto deles que diz: é vetada a participação de ambulantes e invasores, (...). E aí quando nós entramos, não nos queriam.

Podemos dizer que o que intervém nos sentidos de *morador*, delimitando aqueles que pertencem a essa categoria e excluindo os demais, não é o dado “bruto”, empírico de residirem habitualmente no espaço em questão, mas a interpretação da

legitimidade desse fato, que determina quem tem direito a esse espaço. Essa interpretação não é individual ou consciente, nem é a mesma para os sujeitos envolvidos (um advogado, um camelô ou um prostituto...), mas está inscrita numa memória comum de ocupação (divisão) do espaço, fundada na oposição público/privado, relacionada historicamente à questão da propriedade e a certas normas de civilidade, e impressa no próprio funcionamento da língua (do léxico, neste caso).

A questão da interferência do domínio privado nos espaços públicos, que incide na circulação, devido ao fato de fixar-se e/ou realizar neles atividades percebidas como impróprias, ilegais e/ou imorais, coloca-se, de diferentes formas, em relação aos vendedores ambulantes, aos homossexuais e aos moradores de rua. É esse sentido dado, por exemplo, à deterioração do bairro atribuída pelo advogado A, na fala citada, aos problemas relacionados aos vendedores ambulantes (“você mal pode transitar por aí”) e aos homossexuais (“ficam amontoados nas calçadas”). Esses sentidos, porém, divergem. Por exemplo, o que é percebido por esse advogado de classe média como um problema que dificulta a circulação, é para o vendedor ambulante uma solução que lhe permite a subsistência, como é dito por ele na seguinte passagem:

D – É, eu sou vendedor (...) ambulante há 2 anos... (...). E ela [a empresa em que trabalhava] faliu e eu... procurei outro meio de trabalhar... e foi onde que eu arrumei e está dando certo...

No caso desses vendedores ambulantes, existe contemporaneamente o problema econômico e jurídico da falta de licença específica para o exercício do comércio, o que cria o conflito com os proprietários das lojas e com o poder público:

D – Ah, mas o pessoal reclama do camelô... os lojistas, né?
 E – A prefeitura já veio aqui pra...
 D – Não, quando ela vem aqui a gente some... (...) debanda...
 E – O senhor vai rápido?
 D – Psi... (...) nós somos preparados, né? Tanto que eu emagreci 24 quilos pra poder correr... (risos)

Quanto aos homossexuais, o problema de praticar sexo nas ruas e nas praças (como indica o próprio A, entrevistado: *rola tudo lá [na praça]... eu já transei na Praça da República... já transei bastante*) suscita também questões de impropriedade, e mesmo de ilegalidade, da irrupção desse tipo de intimidade no espaço público, bem como questões de moralidade em que intervém a referida interdição cultural da homossexualidade nas sociedades contemporâneas. A quebra da norma “não se faz sexo em público”, nem (“muito menos”) “entre pessoas do mesmo sexo”, afeta a percepção

desses prostitutos, que são excluídos da categoria de *moradores* e identificados à “decadência” do espaço durante a noite, quando esse fato acontece, como vemos expresso, entre muitas outras, na fala da moradora de rua M (a qual, como afirma em outra passagem da entrevista, já se dedicou à prostituição):

M – ...você vem aí de noite, de... sexta, sábado, até domingo, cheio de viado, passando a mão na bunda do outro, beijando a boca do outro, é uma vergonha.

E – É. Porque te dá vergonha?

M – Ah porque assim... eu acho que não é digno isso né? Homem com homem, esse negócio de mulher com mulher, eu acho que cada um já foi tipo assim... feito um, o homem pra mulher, mulher pro homem né? Não esse negócio de... homem com homem, bicha, homem se vestindo de mulher, pondo peruca, peito, acho que nós temos que ser do jeito que nós nascemos né? ... se nós nascemos mulher, nós temos que ser mulher até morrer.

A percepção em relação aos moradores de rua está associada, além da questão da interferência nos espaços públicos de circulação e do exercício de atividades “privadas” (dormir, cozinhar, comer²⁵, etc.), à vinculação que se faz com a criminalidade, como vemos na entrevista com o vendedor ambulante:

D – É horrível, coisa que a televisão mostra um camelô na rua, mas não mostra um mendigo dormindo na calçada... Aqui de noite é cheio, parece festa... (...) A senhora vai ver que vai... vai ter carrocinha, a maior bandidagem...

Na direção oposta dessa indistinção de fronteiras entre público/privado, temos os “sem teto” que moram nos prédios da região, que não são *moradores* pois, apesar de fixarem-se em lugares “apropriados” (espaços privados previstos para moradia), o fazem de maneira inadequada, ilegal, sem serem proprietários ou pagarem aluguel.

Podemos assim dizer que *moradores*, nos discursos analisados, são as pessoas que residem habitualmente no bairro, em lugares privados previstos para tanto (casas, apartamentos), satisfazendo os requisitos econômicos (jurídicos) instituídos nas sociedades capitalistas (serem proprietários ou inquilinos) e respeitando certas normas de civilidade (relacionadas a determinadas idéias de intimidade e de moralidade). Os *moradores* são aqueles que, nas ruas ou nas praças realizam atividades consideradas próprias do espaço público, com estranhos, mesmo que isso implique em interromper a

²⁵ É importante notar que atividades como comer e dormir em público não são interditas, desde que sigam certas normas de civilidade: é possível fazer um piquenique num parque, comer um sanduíche ou adormecer-se lendo um jornal numa praça pública ou num café, tendo pendurado um casaco numa cadeira. A questão está em *como* isso é feito, modalidades que seria interessante analisar para compreender certas normas do estar-juntos que caracterizam o espaço público.

circulação de uma via pública para destiná-la ao lazer das crianças, como vemos no trecho a seguir, algo interdito quando se trata de dar abrigo a quem não tem onde dormir:

– (...) eu tenho certeza que eu ... dei assim...uma vida nova como dizem..porque (...) como ...tem muita criança e não tem o lugar pra brincar... porque a nossa praça, você vê ela é pequena...e... eu consegui fazer... uma rua de lazer... fechar a rua... ali da esquina da Aurora até a rua Vitória... para as crianças brincarem... (...) ... aí começaram a vir crianças maiores não é... jogar bola... sabe? porque foi uma festa... jogar bola e as crianças pequeninhas andando lá naquele triciclinho... então eu consegui trazer um palhaço, Dunga... ah... uma Missa Campal... (...) comecei a trazer, assim, pessoas amigas que... eu convidei, que vinham cantar... e com isso a Praça começou a descer gente que nunca desceu... senhoras idosas, senhores idosos vinham sentavam nos bancos... a Praça... e eu... comecei a tirar fotos... dos eventos... mesmo que não tivesse as crianças brincando, a gente conversando.

Podemos ilustrar o que foi dito no seguinte quadro:

| ESPAÇO PÚBLICO CIRCULAÇÃO E ENCONTRO | ESPAÇO PRIVADO MORADIA (INTIMIDADE, PROPRIEDADE) |
|---|---|
| Sentar-se nos bancos Conversar Assistir espetáculos/missa Cantar Brincar Jogar bola Andar de triciclo | Dormir Cozinhar Fazer sexo |

Temos, de outro lado, os que de uma ou outra forma transgridem essas fronteiras, ou porque *moram onde não devem* (os moradores de rua no espaço público) ou *como não devem* (os “sem teto” em moradias privadas, mas sem serem proprietários ou pagarem aluguel), ou fazem *o que não devem* no espaço público (cozinhar, dormir, fazer sexo). É essa percepção dos sujeitos e do espaço em que eles se inscrevem, através das atividades nele realizadas, um fator determinante no modo de significar os que o habitam:

| | |
|------------------|---|
| <i>moradores</i> | <i>moradores (pessoas, população) de rua vendedores ambulantes (camelôs) homossexuais (travestis, ‘drag queens’) invasores, ocupantes</i> |
|------------------|---|

b) habitar

Essa desagregação das fronteiras entre público e privado que afeta a percepção do espaço analisado mostra-se também pela grande instabilidade na designação do

habitar de dois segmentos sociais: i. os que moram na rua e ii. os que moram nos prédios de forma ilegal. Analisemos separadamente esses dois casos.

i. os moradores de rua e o “nomadismo” urbano

A referida instabilidade é extrema no caso dos moradores de rua, pois afeta o ponto nevrálgico da ordem urbana, associada às questões do assentamento e da permanência que definem o que concebemos como cidade (conforme colocado na nota 19). Essa memória em que ressoa a idéia da “permanência num lugar fixo”, “certo” está impressa nas definições lexicográficas de *morar*, de *domicílio* e de *residência*:

morar. [Do lat. *morare*] V.t.c. Ter residência; habitar, residir (...). 2. Encontrar-se, achar-se; permanecer (...). 5. Residir, viver (...).
domicílio. (Do lat. *domiciliu*.) S. m. 1. Casa de residência; habitação fixa. 2. *Jur.* Lugar onde alguém reside no ânimo de permanecer.
residência. (De *residente*.) 1. Morada (1) habitual em lugar certo;
domicílio. 2. Casa ou lugar onde se reside ou habita; domicílio.

Como designar o *fixar-se* desses sujeitos na rua, num espaço público de circulação definido, tal como lemos a seguir, como qualquer espaço ou lugar *que não seja casa de residência*²⁶?

rua. (Do lat. *ruga*, 'ruga', posteriormente 'sulco', 'caminho'.) S.f. 1. Via pública para circulação urbana (...). 2. *P. ext.* Numa cidade, vila, etc., qualquer logradouro público ou outro lugar que não seja casa de residência, local de trabalho, etc.

Essa dificuldade, que os próprios moradores de rua têm, produz um deslizamento na designação desse ‘habitar’, que oscila constantemente entre *morar* – *viver* – *ficar* (*embaixo, encima*) – *dar um tempo* (*um ‘check-up’*) – *dormir* – *deitar-se* – *beber* – *comer* – *cozinhar* (*pegar uma comida*) – *acampar* – *fazer o barraco* – *encostar carroça*²⁷ – *estar*. Vejamos alguns exemplos, extraídos das entrevistas com dois moradores de rua, um homem adulto (J.E) e uma jovem de 19 anos (M), bem como com o síndico de um prédio (V).

E – Ah... sua ex-mulher viveu aí com você?

J.E – Viveu..eu, viveu o Tadeu, vivia...sabe os camaradas assim... a gente já vivemos aqui... aí eu vivi naquela praça..

²⁶ Mesmo significar a *circulação* desses sujeitos pelo espaço da cidade é uma questão que não é evidente. Pensar no pedestre, por exemplo, ainda mais se temos em mente a imagem moderna do *flâneur* (associada ao passeio, ao ócio), é algo no mínimo problemático quando pensamos no deslocamento de um morador de rua pela praça ou pelas ruas, embora tecnicamente responda à definição de pedestre: aquele que vai a pé. Seria interessante analisar essas diferenças na qualidade do movimento aqui envolvidas como forma de revelar fenômenos de ambiência nesse espaço.

²⁷ Alusão ao meio de transporte dos materiais reciclados (a carroça), cuja coleta é, como foi dito, uma das principais ocupações dos moradores de rua.

E – Porque você quer tirar [uma foto] do [edifício do] Correio?

J.E – Já morei... (...)... e aí eu comi, bebi aqui embaixo, certo? Já dormi aqui... já fiz meu barraco também, já fiquei quase que três meses aqui embaixo...

J.E – Aí tira [uma foto] daquela [es]cultura ali (...)

E – A vermelha? (...)

J.E – Isso... já morei ali também, sabe? Já encostei carroça.

J.E – Bem, morar, eu não moro né, porque... a gente se dá... só um tempo aqui..

E – Dá o que? Um tempo?

J.E – É só um tempo... porque morar mesmo a gente não mora... a gente cozinha (...) ...dá um chek up, né? ...aí vai ali pega uma comida...

M – Vamos ali no mocó, vou te mostrar onde é o mocó... nós dorme encima no telhado (...) ...não sei como eu consigo subir²⁸, mas eu subo... (...). Você vê, tem cobertura ali, vassoura, que nós deita aqui...

E – Sua mãe está no “minhocão”²⁹?

M – Ela dormia debaixo do “minhocão”...

E – E agora, você sabe onde ela está?

M – Não sei, não sei...

E – Você tem mais irmãos?

M – Tenho um monte que eu nem sei onde eles estão.

V – ...na frente do Correio lá... está vendo? É uma população de rua ali...que eles estão acampados ali...

Está em jogo nessa dificuldade de nomeação a questão do caráter não permanente, fixo, certo, mas provisório, itinerante e incerto dessa forma de assentamento, que aponta para o que podemos chamar de “nomadismo” urbano, questão explicitada nas seguintes passagens:

J – Ah bom, morada a gente não tem mesmo não... certo? (...) qualquer dia a gente pode sair daqui e ir pra outro canto, sei lá...

– Se... eu falasse pra você me mostrar os lugares... onde você mora, o que você me mostraria?...

J – Ah onde eu moro, vou falar a verdade, não tem lugar não... moro em tanto canto...mostrar eu mostro tudo...tem aqui, tem ali, tem ali, tem aqui, eu moro aqui, moro ali, moro ali...certo?

E – Você dorme aqui, atualmente?

J.E. – Não, não durmo, só aqui como, durmo em qualquer canto.

E – (...) onde você já morou?

M – Como assim?³⁰

²⁸ A jovem estava grávida de oito meses, quando da realização da entrevista.

²⁹ Viaduto muito conhecido no centro de São Paulo.

E – É que lugares...

M – De rua? Já morei no Vale do Anhangabaú.

E – Ah é?

M – Na Praça da Sé... dormi aqui na, na Praça Júlio Mesquita, na Praça do Arouche, na Princesa Isabel, vários... lugares... que você pode imaginar que tem aqui no centro eu já dormi.

Esse “nomadismo” é forçado pela própria configuração arquitetônica da cidade. Fixar-se na calçada, na praça, encostado numa escultura, dentro de um chafariz, encima de um telhado, embaixo de uma marquise ou uma ponte (conforme vimos nos depoimentos anteriores) é algo, por definição, precário e instável nesse modo de organização da cidade; há impossibilidades materiais, inclusive de ordem técnica, que atentam contra a permanência, como é a relacionada à circulação pelos espaços públicos. Essa é uma questão que aparece na seguinte referência às pessoas que dormem na calçada, embaixo da marquise do prédio dos Correios, “atrapalhando” a abertura das portas (não podendo, por isso, permanecerem durante o dia):

E – Porque você quer tirar [uma foto] do Correio?

J.E. – (...) já fiquei quase que três meses aqui embaixo... e o pessoal, só levantava, só seis horas da manhã porque ia abrir a porta.

Ou na praça, junto ao ponto de ônibus:

M – Dormia uns vinte aqui no chão ó, tudo espalhado... quando era seis horas da manhã.. (...). Aí nós levantava, guardava as nossas coisas em cima do ponto de ônibus, limpava, às vezes varria, quando eu dormia né... eu varria, eu mandava as meninas varrer a Praça, onde nós dormia pra não ficar sujo...

Ou, como aparece em diversas passagens das entrevistas com os moradores de rua, em lugares abertos quando chove.

É o conflito dessa forma de ocupação do espaço nesse tipo de organização da cidade que produz a percepção de decadência e a deterioração dos equipamentos urbanos, como no caso do chafariz da Praça Júlio de Mesquita, cujas imagens havíamos reproduzido:

– (...) estava muito judiada a nossa Praça... e era..o chafariz era lindo, lindo, lindo, maravilhoso... ah... as luzes eram coloridas, o chafariz funcionava... as águas em cima da estátua... era muito bonito mesmo sabe, da gente ver... mas o povo não respeita, atravessa canteira, atravessa.. então acabou com grama, acabou com planta... ficou tudo assim... vazio... e... e daí começamos não é? varrer, arrumar, ajeitar, catar lixo daqui e de lá...

³⁰ É sintomática a dificuldade demonstrada por M (“como assim?”) em entender a pergunta da entrevistadora (“onde você já morou?”), que indica que a definição de *morar* não é tão evidente quando se trata de morar na rua.

– Antes né..de ter a Ação Local... essas crianças de rua dormiam dentro do chafariz... e à noite a gente só via a... não sei se era isqueiro, ou fósforo riscando...pra acender... eu não sei como é que eles fuma esse negócio de craque (...). O pessoal da prefeitura fez com que eles tirassem, olha foi um caminhão de entulho, de papelão, de sujeira, de de... sabe, fizeram eles limparem tudo... mas aí depois eles... pulavam a grade, iam assim mesmo... mas já não tanto quanto antes...

Em outras palavras, a dificuldade de nomear esse modo precário e instável de fixar-se no espaço mostra que a *organização material* da cidade responde a uma *ordem urbana*³¹ fundada numa idéia de assentamento onde esse tipo de “nomadismo” não tem lugar. Essa tensão produz uma impossibilidade de identificação, de inscrição desses sujeitos nesse espaço, que se configura como uma espécie de *não-lugar*, onde *não-moram*:

J.E – Ah, onde eu moro... vou falar a verdade, não tem lugar não...

E – Não... o que você mostraria então? (...) O que você acha importante...

J.E – Importante têm muitas coisas (risos)... aaah eu não... não-morei nesse prédio, não-morei aquilo, não-morei... porque é tudo bonito certo?

ii. a invasão da propriedade privada

Temos, no caso dos “sem teto” que moram nos prédios da região, a distinção entre *morar/ocupar/invadir*, que responde à percepção desse modo de habitar o espaço afetada pela questão econômica da propriedade associada ao espaço privado. Distinção essa que é instável e que depende da FD em que o sujeito se inscreve, como vemos na entrevista com a líder da ocupação de um prédio:

E – Ana, você mora no Hotel Urca?

A – Isso, no antigo Hotel Urca, né? Hoje, nós ocupamos esse prédio... (...) Eu morava no Brás... daí ele [meu marido] ficou desempregado e veio uma situação de despejo... Aí resolvi ocupar pra morar e descobri que muitas pessoas ocupam, é para morar (...) ...entramos na Ação Local, no *Viva o Centro* (...) E aí quando nós entramos, não nos queriam... mas... fizemos a assembléia aqui... na invasão, como eles dizem...

4. Considerações Finais

A análise linguística apresentada é um esboço que poderia ser aprofundado, para melhor explicitar o funcionamento do dispositivo teórico-metodológico mobilizado e a complexidade do jogo das formações discursivas nas disputas políticas (ideológicas)

³¹ Estamos fazendo alusão à distinção *ordem/organização*, de Orlandi 2001.

que caracterizam a realidade urbana estudada e que se inscrevem materialmente, como procuramos mostrar, no espaço, nos sujeitos e na própria língua, conferindo-lhes uma forma específica, que é histórica. Muitas questões ficam em aberto, como é a de melhor precisar a relação entre a linguagem verbal e não verbal, uma questão complexa do ponto de vista metodológico, que interessa a análise do discurso, e que se mostrou instrutiva para levantar a hipótese que direcionou a abordagem das imagens e das entrevistas de nosso *corpus*; outra questão a ser explorada é a relação entre a materialidade da linguagem e a materialidade do espaço e dos sujeitos, que coloca em jogo a questão do corpo e do gesto, realidades que, embora relacionadas em sua constituição e funcionamento simbólicos, conforme propomos, são irreduzíveis entre si³².

Acreditamos, entretanto, que a discussão feita tenha sido suficiente para vislumbrar uma abordagem possível da dimensão histórica e política da dinâmica das ambiências a partir da linguagem. Uma contribuição nesse sentido, a nosso ver, é que trabalhar nessa dimensão permite analisar a produção do espaço como um processo articulado, ao considerar que tanto os que concebem e administram o espaço como os que o percebem em sua experiência cotidiana, bem como os cientistas que se dedicam a estudá-lo, estão inscritos numa memória comum que relaciona, na contradição, todos os diferentes gestos que participam em sua produção. É isso o que procuramos mostrar a partir da hipótese trabalhada, que nos permite relacionar também diferentes realidades urbanas que participam dessa memória comum, embora com suas especificidades, as quais não devem ser apagadas.

Hanna Arendt utiliza uma metáfora muito ilustrativa para definir o domínio público e esse processo de esvaziamento constatado atualmente. “Público” é, para a autora, o mundo em si (não enquanto espaço natural terrestre, condição da vida orgânica, mas enquanto *artefato* humano), na medida em que é comum para todos nós e distinto de nosso próprio lugar nele (cf. ARENDT, 1958: 50-53). Viver juntos no mundo, de acordo com Arendt, significa essencialmente que um mundo de coisas existe entre aqueles que o têm em comum, como uma mesa entre os que estão sentados ao redor dela; o mundo, como tudo o que está *entre*, relaciona e separa os homens ao mesmo tempo. O domínio público, como o mundo comum, nos junta e ainda nos

³² Todas essas são questões trabalhadas por Orlandi (cf. ORLANDI 2004, entre outros trabalhos). Podemos mencionar igualmente trabalhos de Haroche e também de Courtine, sobre o gesto e sobre o que este autor chama de intericonicidade, pois embora esses autores não se inscrevam mais hoje disciplinarmente no campo da análise do discurso eles trabalham de uma perspectiva afim.

previne de “cairmos uns sobre os outros”. Para a autora, o problema das sociedades capitalistas atuais não é, em primeira instância, o número de pessoas envolvidas, mas o fato de que o mundo entre elas perdeu seu poder de juntá-las, de relacioná-las e separá-las ao mesmo tempo. É como se um grupo de pessoas reunidas em torno de uma mesa, diz ela, como por toque de mágica, visse a mesa subitamente desaparecer do meio, de modo que as pessoas sentadas do lado oposto não estivessem mais separadas, mas também não estivessem mais relacionadas por nada tangível.

Podemos dizer que são esses “tropeços” que resultam do esvaziamento do público pela falta de mediação do poder do Estado, fenômeno comum às sociedades capitalistas contemporâneas, aquilo que vemos materializado na dinâmica das ambiências que caracterizam o espaço público estudado. Contradições que se revelam de maneira tanto mais forte e evidente nas margens desse sistema, na brutal desigualdade que caracteriza a cidade de São Paulo (que pode não ser a mesma de Paris ou Bonn, de Tunis ou Varsóvia, ou mesmo de outras cidades brasileiras), em que na partilha do espaço não restam para alguns senão as migalhas de um pedaço de calçada ou telhado, um chafariz, o pé de uma estátua, o abrigo de uma ponte ou uma marquise, vendo-se reduzidos a um *entulho* que atrapalha aqueles a quem se dá o direito e os meios de estar e circular na cidade.

5. Bibliografia

AMPHOUX, Pascal (org.). 1998. *La notion d'ambiance. Une mutation de la pensée urbaine et de la pratique architecturale*. Paris: Editions du Plan Construction. coleção Recherche n° 103.

ARIES, Philippe. 1981. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara (Tradução de *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*. Paris: Seuil, 1973)

____ et DUBY, Georges (orgs.). 1991. *História da Vida Privada*. 5 vol. São Paulo: Companhia das Letras. (Tradução de *Histoire de la vie privée*. Paris: Seuil, 1985-)

ARENDDT, Hanna. 1958. *The Human Condition*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press.

AUGOYARD, Jean-François. 1995. “L'environnement sensible et les ambiances architecturales”. In: *L'espace géographique*, 4, p. 302-318.

CRYSTAL, David. 1987. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

DEWEY, John. 1993. *Logique. La théorie de l'enquête*, apresentação e tradução de G. Deledalle. Paris: P.U.F. [1938]

____ 2002. *Human Nature and Conduct*. Amherst/New York: Prometheus Books [1922].

- _____. 1902. “Interpretation of Savage Mind”. In : *Psychological Review*, 9, p. 217-230.
- DEWEY, John. e BENTHLEY, Arthur F. 1949. *Knowing and the Known*. Boston: The Beacon Press.
- DUBOIS, Jean *et alii*. 1973. *Dictionnaire de Linguistique*. Paris: Larousse. (Tradução: *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix)
- FOUCAULT, Michel 1969. *L’archeologie du savoir*. Paris : Gallimard.
- HARTMANN, R. R. K. et STORK, F. C. 1972. *Dictionary of Language and Linguistics*. Londres: Applied Science Publishers Ltd.
- HENRY, P. 1977. *Le mauvais outil. Langue, sujet et discours*. Paris: Klincksieck. (Tradução ao Português: *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Unicamp, 1992)
- _____. 1990. “Os Fundamentos Teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 13-38.
- MAROUZEAU, J. 1961. *Lexique de la terminologie linguistique. Français, allemand, anglais, italien*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- ORLANDI, Eni. 2003. *A Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2003..
- _____. 2001. *Interpretação. Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1999. « N/O Limiar da Cidade », *Rua*, Número Especial. Campinas: Nudecri/Unicamp.
- _____. 1990. *Terra à Vista! Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp.
- _____. 1987. *A Linguagem e seu Funcionamento. As Formas do Discurso*. Campinas: Pontes (1ª ed. 1983).
- _____. 1986. Análise do Discurso: Algumas Observações. In: *DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, p. 105-126.
- _____. e RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. 2004. A Produção do Consenso nas Políticas Públicas Urbanas: Entre o Administrativo e o Jurídico. In: *Escritos 7. Cidade, Consenso e Políticas Públicas*. Campinas: Unicamp/Labeurb.
- OKAMURA, Cíntia 2004. *Arouche 2004: Uma Incursão no Território Urbano da Cidade de São Paulo através de seus Personagens: Estudo Psicossocial sobre Encontros e Desencontros entre Olhares, Imagens e Paisagens; Diagnóstico para uma Intervenção Ambiental*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- PECHEUX, Michel. 1969. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- _____. 1988. *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Unicamp. (Tradução de *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspéro, 1975.)
- _____. 1990 *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* Campinas: Pontes (1ª ed. Em inglês 1988).

____ e FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993, 2ª ed., p.163-252. Tradução de: *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*, 1975.

RODRIGUEZ-ALCALA, Carolina. 2013. Le rôle du langage dans le partage des ambiances: la perception sensible et le caractère *matériel* du sens. In: THIBAUD, Jean-Paul e DUARTE, Crisitane (orgs.). 2013. *Ambiances urbaines en partage. Pour une écologie sociale de la ville sensible*. Genebra: MetisPresses, pp. 115-126.

____ 2013. Ambiances/Langage. In: THIBAUD, Jean-Paul e DUARTE, Crisitane (orgs.). 2013. *Ambiances urbaines en partage. Pour une écologie sociale de la ville sensible*. Genebra: MetisPresses, pp. 115-126.

____ 2011. A Cidade como Objeto Discursivo: A Linguagem e a Construção da *Evidência do Mundo*. In: RODRIGUES, Eduardo A., SANTOS, Gabriel L. e CASTELLO Branco, Luiza K. A. (orgs.). 2011. *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o Impensado Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi*, Campinas, RG Editores.

____ 2012. Unité et dispersion de l'espace urbain: la coupe comme dispositif de lecture de la ville. In: TIXIER, Nicolas (org.), *L'ambiance est dans l'air. La dimension atmosphérique des ambiances architecturales et urbaines dans les approches environnementalistes*. Relatório do Projeto PIR Ville et Environnement, CNRS-PUCA, Grenoble, ENSAG, pp. 111-123. Disponível em: https://www.zotero.org/groups/reseau_ambiances/items/itemKey/CX83HZI8

____ 2005. “Em Torno de *Observações para uma Teoria Geral das Ideologias*, de Thomas Herbert”. In: *Revista Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 1, p. 15-21, 2005.

____ 2003. “Entre o Espaço e seus Habitantes: Notas sobre a Construção do Glossário Discursivo da Cidade”. In: Eni P. Orlandi. (org.). *Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Campinas: Pontes, 2003, p. 65-83.

____ 2002. “A Cidade e seus Habitantes: Língua e Ideologia na Constituição do Espaço”. In: *Escritos 6. Escrita, Escritura, Cidade (II)*. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp.

____ 1998. “Sentido, Interpretação e História”. In: ORLANDI, Eni. 1998. *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, pp. 47-58.

SENNETT, Richard. 1988. *O Declínio do Homem Público. As Tiraniyas da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras. (Tradução de *The Fall of Public Man*. New York: Alfred A. Knopf, 1977).

THIBAUD, Jean-Paul. 2008. “A ambiência, trilhando caminho □em direção a uma perspectiva internacional.” In: *Rua 14*. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/index.rua>

____ 2004. De la qualité diffuse aux ambiances situées, *La croyance de l'enquête*, Paris: Editions de l'EHESS, pp.227-253 (Raisons Pratiques).

____ 2002. L'horizon des ambiances urbaines, *Communications*. n° 73, pp. 185-201

____ 2002. From situated perception to urban ambiances. *International Workshop on Architectural and Urban Ambient Environment*. Nantes, CD-Rom.

____ 2004. O Ambiente Sensorial das Cidades: Para uma Abordagem das Ambiências Urbanas. *Psicologia e Ambiente*. TASSARA, E.T.O., RABINOVITCH, E.P. e GUEDES, M.C. (orgs.), São Paulo, EDUC, pp. 347-361.

____ et TIXIER, Nicolas. 1998. L'ordinaire du regard. *Le Cabinet d'Amateur. Actes du Colloque Perec et l'image*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, n° 7-8, pp. 51-67.

Para citar essa obra:

RODRÍGUE-ALCALÁ, C. Memória e movimento no espaço da cidade: Para uma abordagem discursiva das ambiências urbanas. In: **RUA** [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: LIMA, P. S M. s.d. Praça da República. Disponível em:

<http://www.panoramio.com/photo/38678353>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
UNICAMP/COCEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP – Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>